

**Área:** Agronegócio | **Tema:** Temas Emergentes em Agronegócio

## **AGRICULTURA FAMILIAR NA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RS**

## **FAMILY AGRICULTURE IN THE FOURTH ITALIAN IMMIGRATION COLONY OF RS**

Beatriz Scapin e Alessandra Troian

### **RESUMO**

A agricultura familiar é uma categoria social importante para o desenvolvimento do país, seja na geração de emprego e renda, como também na produção e oferta de alimentos. Dentre as principais características da agricultura familiar destaca-se a heterogeneidade e que as atividades no estabelecimento são realizadas pelos membros da família. Neste sentido, reconhecendo a importância da agricultura familiar e suas peculiaridades, o estudo objetiva analisar as características dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva realizada por meio da pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários do Censo Agropecuário 2017, publicados em 2019. Como principais resultados apontam-se que a maioria dos estabelecimentos possui área de 20 a 50 hectares, predominando como atividade econômica a produção de lavouras temporárias. Além disso, destaca-se que a maioria dos estabelecimentos recebe assistência técnica pública. No entanto, percebe-se, de outro lado a baixa inserção da mulher na gestão dos estabelecimentos, e o envelhecimento dos gestores. Diante disso, é importante que existam políticas públicas que fomentem a participação e valorização da mulher na agricultura familiar, principalmente na gestão dos estabelecimentos, bem como da participação e apoio ao jovem em permanecer no campo.

**Palavras-Chave:** Estabelecimentos agropecuários; gestão rural; desenvolvimento rural.

### **ABSTRACT**

Family agriculture is an important social category for the development of the country, both in the generation of employment and income, as well as in food production and supply. Among the main characteristics of family agriculture is the heterogeneity and that the activities in the establishment are performed by family members. In this sense, recognizing the importance of family agriculture and its peculiarities, the study aims to analyze the characteristics of family farming establishments in the region of the Fourth Colony of Italian Immigration of RS. The research is characterized as qualitative and descriptive carried out through bibliographic research and analysis of secondary data from the 2017 Agricultural Census, published in 2019. The main results indicate that most of the establishments have an area of 20 to 50 hectares, predominating as an economic activity the production of temporary crops. In addition, it is highlighted that most of the establishments receive public technical assistance. However, on the other hand, it is noticeable the low insertion of women in the management of the establishments, and the aging of the managers. In view of this, it is important that there are public policies that encourage the participation and valorization of women in family agriculture, especially in the management of the establishments, as well as the participation and support to young people to remain in the field.

**Keywords:** Agricultural establishments; rural management; rural development.

# AGRICULTURA FAMILIAR NA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RS

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar representa um sistema de produção em que os proprietários <sup>1</sup>do estabelecimento ao mesmo tempo em que são responsáveis pela produção, são responsáveis também pela tomada de decisão do trabalho (CHEMIN; AHLERT, 2010). Ou seja, o processo de gestão e administração do estabelecimento agropecuário, na agricultura familiar, bem como o trabalho é realizado pelos membros da família (ABRAMOVAY et al., 1998).

No Brasil, segundo dados do último Censo Agropecuário, cerca de 77% dos estabelecimentos agropecuários do país são de agricultura familiar (IBGE, 2019). Segundo Mattei (2014), os estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, focam na biodiversidade, valorizam o trabalho familiar, a inserção de jovens e mulheres nas atividades, produzem alimentos levando em consideração à segurança alimentar e nutricional da população, visando o desenvolvimento rural sustentável.

Ainda, a agricultura familiar, contribui em aspectos econômicos, além de proporcionar desenvolvimento social no país. Ou seja, a agricultura familiar é relevante em aspectos econômicos, pois atua na produção de alimentos, gera trabalho e renda à unidade familiar, combatendo a pobreza rural. É relevante em aspectos sociais, pelo fato de garantir a segurança alimentar, promovendo a consolidação e permanência no campo, além de disseminar estratégias desenvolvidas e transferidas de geração para geração. Sendo modelo de produção voltado para o desenvolvimento menos excludente e mais equilibrado ambientalmente (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2002).

Diante disso, reconhecendo a importância da categoria social, o presente estudo tem como objetivo analisar as características dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS. A pesquisa justifica-se devido à relevância do tema, visto que a agricultura familiar contribui de forma significativa para a geração de trabalho, renda e diminuição do êxodo rural, além de ser responsável por mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (ABAF, 2019). O estudo justifica-se ainda devido ao fato de que cerca de 90% dos estabelecimentos agropecuários existentes na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, caracterizarem-se como agricultura familiar.

A região da Quarta Colônia de Imigração Italiana foi formada por imigrantes vindos da região norte da Itália, no final do século XIX (PAZUCH, 2019). Está localizada na região central do Rio Grande do Sul, é composta por nove municípios, sendo eles: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Sêca, São João do Polêsine e Silveira Martins.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva realizada por meio da pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários do Censo Agropecuário 2017, publicados em 2019. Foram analisados dados sobre os estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, dentre os dados analisados destaca-se o número de estabelecimentos agropecuários, grupo de área total, grupo de atividade econômica, origem da orientação técnica recebida e sexo da pessoa que administra o estabelecimento agropecuário.

O texto encontra-se dividido em cinco seções, iniciando com esta breve introdução, que apresenta o objetivo e justificativa do estudo. Na segunda seção é abordado acerca da

---

<sup>1</sup> De acordo com a classificação do Censo Agropecuário de 2017, a condição do produtor em relação às terras,

agricultura familiar, sua definição e contribuição no processo de desenvolvimento rural. A terceira seção apresenta a metodologia, na quarta encontra-se a análise e discussão dos resultados, e por fim, apresenta-se as considerações finais e os referenciais consultados.

## **2 AGRICULTURA FAMILIAR: DEFINIÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

A agricultura familiar, passou a ser reconhecida como categoria social e política, a partir de 1990. Porém, esse processo foi lento e contraditório, historicamente a categoria social esteve às margens das ações do Estado brasileiro, o que potencializava sua fragilidade perante as opções de desenvolvimento adotadas no país (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Segundo Navarro (2010, p.192), até metade da década de 1990 a agricultura familiar era denominada sob diversas expressões como “*minifundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência*” ou, como era corriqueiro na década de 1970, *agricultores de baixa renda*”. Ainda de acordo com o autor, outra denominação para a categoria social era *camponeses*, usada principalmente por sociólogos inspirados na tradição marxista e por documentos de divulgação, como jornal. Outras denominações eram empregadas regionalmente, especialmente no Nordeste eram chamados de *lavradores*, e nas regiões Sul do país denominados como *colonos*, além disso, referindo-se as atividades econômicas desempenhadas por estes produtores era chamada de *pequena produção* (NAVARRO, 2010).

A discussão acerca da agricultura familiar no Brasil, segundo Schneider (2003), começou em meados da década de 1990. Nesse período, podem-se apontar três acontecimentos distintos, mas que se completam, tendo impacto social e econômico relevante para o meio rural, principalmente no que se refere à agricultura familiar. O primeiro relaciona-se ao aumento de sua importância política e dos atores que se formaram como representantes da categoria social. Neste sentido, aponta-se o fortalecimento do sindicalismo rural, quando foi formada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), sendo uma organização específica de agricultores familiares, além dos movimentos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que a partir desse período passou a fazer uso da categoria social agricultor familiar (PICOLOTTO, 2014).

O segundo acontecimento que deu notoriedade a agricultura familiar refere-se ao se reconhecimento no cenário social e político brasileiro, que se deu através de novos espaços no Estado, implantação de políticas públicas específicas para a categoria social, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e também a criação da Lei de Agricultura Familiar (PICOLOTTO, 2014). Dessa maneira, do ponto de vista legal (Lei n.11.326 de 2006), agricultor familiar é aquele que, desenvolve atividades no meio rural e cumpre os seguintes quesitos:

Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais<sup>2</sup>; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento. Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, Art. 3).

---

<sup>2</sup> O módulo fiscal é fixado para cada município e expresso em hectares, pela Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979, levando em conta os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida no tipo de exploração predominante; outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e o conceito de “propriedade familiar”.

Por fim, destaca-se um terceiro acontecimento que deu destaque a agricultura familiar, diz respeito à reorientação dos trabalhos acadêmicos. A produção acadêmica deixa de lado a ideia de que a agricultura familiar é um modelo de agricultura atrasado, ineficiente e inadequado, passando a reconhecer sua potencialidade. Ou seja, a agricultura familiar começa a sendo vista como moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos (PICOLOTTO, 2014; SCHNEIDER, 2003).

Para Lamarche (1993, p.15), a agricultura familiar “corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”, isto é, refere-se as explorações agropecuárias nas quais a família participa na produção. Destaca-se que a agricultura familiar não é formada por um grupo social homogêneo, pois se diferem uns dos outros em diversos aspectos, como por exemplo, na capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los, o que a torna uma categoria social heterogênea, com formas diversas de reprodução.

Wanderley (1996, p.2), define a agricultura familiar como aquela em que “a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Além disso, segundo Veiga et al., (2001), a categoria social é definida pelas características organizacionais do empreendimento. Dessa forma, no que se refere à discussão sobre estabelecimentos familiares ou não familiares, os autores expõem um conjunto de características que contribuem para a diferenciação dos estabelecimentos agropecuários entre familiar e patronal, conforme o Quadro 1.

Quadro 1- Diferenciação entre estabelecimentos Patronal e Familiar

<b>Familiar</b>	<b>Patronal</b>
Trabalho e gestão intimamente relacionados.	Completa separação entre gestão e trabalho.
Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários.	Organização centralizada.
Ênfase na diversificação.	Ênfase na especialização.
Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.	Ênfase nas práticas padronizáveis.
Trabalho assalariado complementar.	Predomínio do trabalho assalariado.
Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.	Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”.

Fonte: Adaptado de Veiga et al., (2001).

Como exposto no quadro acima, Veiga et al., (2001) destacam algumas características da agricultura familiar que a diferem da agricultura patronal. Enquanto na agricultura patronal a ênfase está na padronização da produtividade visando à lucratividade, na agricultura familiar o foco é na diversificação da produção, em que ocorre a integração da gestão e trabalho, as decisões são imediatas e *in loco*. Além disso, a agricultura familiar tende a ter uma preocupação com a durabilidade dos recursos naturais e, conseqüentemente, com a qualidade de vida.

De acordo com Mota, Schmitz e Freitas (2007, p. 129), dentre as vantagens da agricultura familiar destacam-se: a) promove a diversificação dos sistemas de produção e a conservação da biodiversidade; b) contribui para o manejo adequado dos recursos naturais; c) apresenta maior produtividade em áreas menores; d) valoriza as diferenças culturais existentes; e, e) apresenta maior possibilidade de proximidade entre consumidores e produtores.

Os avanços ocorridos nas últimas décadas no meio rural, quando se trata da agricultura familiar, são inegáveis, principalmente a partir do momento em que o Estado reconhece e começa a apoiar a categoria social (MATTEI, 2014). De acordo com o autor, a agricultura familiar apresenta impactos positivos em termos produtivos, pelo fato de produzirem

alimentos básicos e, também, por manter grande parte das ocupações rurais sob sua responsabilidade.

Além disso, a categoria social interfere e beneficia toda a sociedade, tanto rural quanto urbana, pois a agricultura familiar promove “a garantia da segurança alimentar e nutricional; o fortalecimento do mercado interno; a exportação de produtos agrícolas; a preservação da biodiversidade; a reprodução do patrimônio cultural das populações rurais; e a manutenção da diversidade territorial dos espaços rurais” (MATTEI, 2014, p.90). Ou seja, a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento da sociedade brasileira de maneira solidária.

### **3 METODOLOGIA**

Tendo em vista atingir o objetivo proposto a presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva. A pesquisa qualitativa, segundo Triviños (1987), permite buscar o significado dos dados, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Já, o estudo descritivo, “pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 110). Ou seja, pesquisas descritivas podem ser usadas quando o pesquisador tem interesse em determinada comunidade, características, valores e problemas relacionados ao ambiente. Além disso, para Sampieri, Collado e Lucio (2013), as pesquisas descritivas também têm por objetivo medir, avaliar ou coletar dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno em estudo.

As pesquisas descritivas, para Gil (2008), têm como propósito descrever as características de determinada população ou identificar possíveis relações entre variáveis. A presente pesquisa se classifica como descritiva, pois busca descrever a realidade com base em dados e fatos reais, descrevendo as características dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS.

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: pesquisa bibliográfica e dados secundários. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), consiste no estudo de material já existente sobre determinado tema, principalmente livros e artigos científicos. Assim, foi realizada a pesquisa bibliográfica abordando temas referentes à agricultura familiar.

Os dados secundários, de acordo com Mattar (1996), são dados que já foram coletados com outro propósito, e estão à disposição dos interessados. Ainda de acordo com o autor, as principais fontes de dados secundários, são empresas, governos, instituições não governamentais, entre outros. Neste estudo foram coletados do Censo Agropecuário de 2017, lançado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados coletados foram analisados por meio do método analítico, que possibilita ordenar os dados para responder as questões propostas no estudo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Sendo assim, para melhor visualização e compreensão, os resultados foram expostos de forma gráfica, os quais serão apresentados na próxima seção.

### **4 A AGRICULTURA FAMILIAR NA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALINA NO RS: CARACTERISITICAS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECÁRIOS**

A colonização italiana no Brasil iniciou no século XIX. Os imigrantes vindos da Itália buscavam uma vida melhor, pois em seu país de origem estavam enfrentando uma crise agrícola e urbana (MANFIO; BENADUCE, 2017). No Rio Grande do Sul, as primeiras colônias que se formaram foram em Caxias do Sul, Santa Isabel (atual município de Bento Gonçalves) e Conde d’Eu (atual município de Garibaldi), todas na Serra Gaúcha. Já, o quarto núcleo a ser colonizado foi na região central do estado, em 1877, entre Santa Maria e

Cachoeira do Sul, o qual deu origem a Quarta Colônia de Imigração Italiana (FERNANDES, FELIN, MARCHESAN, 2012).

A região da Quarta Colônia de Imigração Italiana tinha como sede Silveira Martins, mas devido à constante chegada de imigrantes, surgiu a necessidade de novos lotes de terra, o que resultou na formação de diversos núcleos interioranos (MANFIO, 2012). Estes núcleos deram origem a atual região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, formada por nove municípios, sendo eles: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Sêca, São João do Polêsine e Silveira Martins.

Os imigrantes construíram na região um pouco da Itália, trouxeram consigo as experiências e sentimentos para a construção de um território cultural (MANFIO; BENADUCE, 2017), o que acabou tornando uma região de cultura ítalo-brasileira (FIGUEIREDO, 2014). Os imigrantes transformaram o entorno a partir de seus costumes e tradições e do desejo de reproduzir na região a sua terra de origem, proporcionando o desenvolvimento de suas famílias, o que, conseqüentemente acabou transformando o espaço natural da região (MANFIO, 2012).

Os imigrantes, vindos da Itália para trabalhar na agricultura, tinham como um dos principais objetivos serem proprietários de um lote de terra. Devido a isso, a agricultura familiar acabou se tornando a base da economia das famílias, pelo fato de que toda família se envolvia nas atividades dentro do lote, como por exemplo, as derrubadas de mata, preparação do solo, plantio e colheita, ainda criavam animais para a subsistência e comércio (PAZUCH, 2019). Assim, a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana tem a produção agrícola como base da economia, além das atividades ligadas ao meio rural, sendo determinadas pelas atividades familiares, que carregam os traços coloniais que lhe deram origem (FERNANDES, FELIN, MARCHESAN, 2012).

Na Quarta Colônia de Imigração Italiana, há predominância da agricultura familiar em detrimento da agricultura patronal. A concentração de estabelecimentos de agricultura familiar pode ser explicada por questões históricas de formação do território, tendo em vista que os imigrantes recebiam um lote de terra e a agricultura familiar acabou se tornando a base da economia da região (PAZUCH, 2019). Observa-se no Quadro 2, a representatividade da agricultura familiar em relação a agricultura patronal, em todos os municípios que formam a região em estudo.

Quadro 2- Número de estabelecimentos de Agricultura Familiar e Agricultura Patronal nos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana, RS

Município	Número de estabelecimentos agropecuários	
	Agricultura Familiar	Agricultura Patronal
<b>Agudo</b>	1946	127
<b>Dona Francisca</b>	306	5
<b>Faxinal do Soturno</b>	471	36
<b>Ivorá</b>	451	14
<b>Nova Palma</b>	503	67
<b>Pinhal Grande</b>	624	55
<b>Restinga Sêca</b>	883	270
<b>São João do Polêsine</b>	153	31
<b>Silveira Martins</b>	334	22
<b>TOTAL</b>	<b>5.671</b>	<b>627</b>

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE, 2019.

Como visto no quadro acima, dos estabelecimentos agropecuários existentes na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, 90,04% são estabelecimentos pertencentes a agricultura familiar. O que pode ser explicado por dois motivos, um devido ao fato da constituição do solo e relevo que, na maioria dos casos é de difícil produção devido a serem áreas de altos declives. Já o segundo motivo para o predomínio da agricultura familiar se dá por questões culturais e pela divisão dos lotes rurais entre os herdeiros das propriedades (MANFIO; PIEROZON, 2019).

Dessa forma, quando se trata da exploração agrícola, o território da Quarta Colônia de Imigração Italiana tem áreas com aptidões distintas, devido ao relevo. Nas regiões mais planas, tem-se o predomínio do desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Já nas áreas com relevos mais “dobrados”, predomina a agricultura familiar, com uma grande diversidade nos sistemas de produção (GUIMARAES, 2011). Dos municípios que formam a região, Agudo se destaca tendo o maior número de estabelecimentos de agricultura familiar, com 1.946 estabelecimentos. Seguido, aparece de Restinga Sêca, com 883 estabelecimentos. Além destes municípios destaca-se Pinhal Grande e Nova Palma, que concentram, respectivamente, 624 e 503 estabelecimentos da agricultura familiar. A seguir, a Tabela 1, apresenta a estrutura dos estabelecimentos agropecuários de acordo com a área total.

Tabela 1: Estrutura dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Grupo de área total	Município									Total (%)
	Agudo	Dona Francisca	Faxinal do Soturno	Ivorá	Nova Palma	Pinhal Grande	Restinga Sêca	São João do Polêsine	Silveira Martins	
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	1	-	2	-	-	-	-	2	-	<b>0,09</b>
De 0,1 a menos de 0,2 há	-	-	-	-	-	-	1	5	-	<b>0,11</b>
De 0,2 a menos de 0,5 há	5	-	-	-	-	-	2	1	-	<b>0,14</b>
De 0,5 a menos de 1 há	19	-	9	-	-	1	8	1	1	<b>0,69</b>
De 1 a menos de 2 há	45	-	6	6	9	3	22	5	11	<b>1,89</b>
De 2 a menos de 3 há	70	8	11	14	16	8	33	1	12	<b>3,05</b>
De 3 a menos de 4 há	88	8	20	16	8	11	43	2	20	<b>3,81</b>
De 4 a menos de 5 há	77	7	9	15	6	8	44	8	5	<b>3,16</b>
De 5 a menos de 10 há	397	44	67	83	36	78	163	19	62	<b>16,73</b>
De 10 a menos de 20 há	578	91	117	142	102	173	198	31	81	<b>26,68</b>
De 20 a menos de 50 há	574	123	176	147	221	247	243	66	125	<b>33,89</b>
De 50 a menos de 100 há	92	25	52	27	103	71	126	12	17	<b>9,26</b>
De 100 a menos de 200 há	-	-	-	1	-	24	-	-	-	<b>0,44</b>
Produtor sem área	-	-	2	-	2	-	-	-	-	<b>0,07</b>

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE, 2019.

Com relação a área dos estabelecimentos agropecuários, 1.922 estabelecimentos agropecuários da Quarta Colônia de Imigração Italiana têm área entre 20 a 50 hectares, o que equivale a aproximadamente 34% dos estabelecimentos existentes na região. Estabelecimentos com essa área se encontram principalmente nos municípios de Agudo (574), Pinhal Grande (247), Restinga Sêca (243) e Nova Palma (221). Os estabelecimentos com área que variam de 10 a 20 hectares, são 1.513, representando aproximadamente 27% do total de estabelecimentos da região. A maior parte destes estabelecimentos se localiza nos municípios de Agudo, Restinga Sêca e Pinhal Grande.

Destaca-se ainda que 949 estabelecimentos têm área que varia de 5 a 10 hectares, totalizando cerca de 17%. Os municípios que possuem maior número de estabelecimentos com essa área são Agudo, Restinga Sêca, Ivorá e Pinhal Grande, com respectivamente, 397,

163, 83 e 78 estabelecimentos. Verifica-se, que 9% dos estabelecimentos da região tem área de 50 a 100 hectares, o que equivale a 525 estabelecimentos. Destes estabelecimentos 126 se localizam no município de Restinga Sêca, 103 em Nova Palma, 92 em Agudo, o restante é distribuído nos outros municípios que formam a região (IBGE, 2019).

Ainda em relação as características dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar da Quarta Colônia de Imigração Italiana, quanto as atividades econômicas desenvolvidas dentro dos estabelecimentos destacam-se a produção de lavouras temporárias e produção de pecuária.

Tabela 2: Número de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar por grupo de atividade econômica

Grupo de atividade econômica	Município									
	Agudo	Dona Francisca	Faxinal do Soturno	Ivorá	Nova Palma	Pinhal Grande	Restinga Sêca	São João do Polêsine	Silveira Martins	Total( %)
Produção de lavouras temporárias	1820	280	327	338	383	529	659	68	256	<b>82,17</b>
Horticultura e floricultura	46	1	2	1	3	-	15	3	2	<b>1,29</b>
Produção de lavouras permanentes	8	-	5	5	5	2	-	11	7	<b>0,76</b>
Pecuária e criação de outros animais	61	24	-	99	111	92	207	69	68	<b>15,29</b>
Produção florestal - florestas plantadas	10	1	136	8	1	1	2	1	-	<b>0,44</b>
Produção florestal - florestas nativas	1	-	1	-	-	-	-	-	-	<b>0,02</b>
Aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	1	1	<b>0,04</b>

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE, 2019.

Como visto na tabela anterior, verifica-se que em torno de 82% dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar da Quarta Colônia de Imigração Italiana tem como atividade econômica a produção de lavouras temporárias. As principais culturas das lavouras temporárias da região, destinadas a comercialização, são feijão preto, milho, fumo, soja, arroz, batata, mandioca e abóbora. Outra atividade econômica de destaque na região é a pecuária, presente em 15 % dos estabelecimentos. Na pecuária destaca-se as criações de bovino de corte e leite, criação de suínos e aves.

As outras atividades econômicas, como horticultura e floricultura, lavouras permanentes, produção florestal e aquicultura, apresentam pouca representatividade. Essas atividades se concentram em municípios específicos, por exemplo, a aquicultura está presente em apenas uma propriedade de São João do Polêsine, e em uma propriedade de Silveira Martins. A produção florestal de floresta plantada, encontra-se principalmente no município de Faxinal do Soturno, em 136 estabelecimentos agropecuários. Já a horticultura, tem destaque no município de Agudo, com 46 estabelecimentos, seguido de Restinga Sêca com 15 estabelecimentos.

Outro ponto importante na agricultura familiar é a assistência técnica, que leva informações aos agricultores familiares, tanto em relação às melhores práticas que devem ser realizadas dentro da propriedade, como também na instrução dos melhores produtos que devem ser utilizados no ciclo produtivo. Em relação a isto, cerca de 67% dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, da região da Quarta Colônia recebem algum tipo de assistência técnica, seja de origem do governo (federal, estadual, municipal), própria, de cooperativas, empresas integradoras, empresas privadas, ou outra origem. Os

agricultores podem receber orientação técnica de um ou mais órgãos. A Tabela 3, a seguir, apresenta a origem da orientação técnica recebida pelos agricultores familiares, de cada município que forma a região em estudo.

Tabela 3: Orientação técnica recebida pelos agricultores familiares, por origem de orientação técnica, nos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana

Origem da orientação técnica recebida	Município								
	Agudo	Dona Francisca	Faxinal do Soturno	Ivorá	Nova Palma	Pinhal Grande	Restinga Sêca	São João do Polêsine	Silveira Martins
Governo (federal, estadual ou municipal)	164	208	187	279	23	3	143	25	151
Própria ou do próprio produtor	25	1	2	-	3	42	22	32	3
Cooperativas	571	267	234	152	379	268	301	30	70
Empresas integradoras	885	8	25	-	72	187	134	-	-
Empresas privadas de planejamento	6	2	5	-	-	-	22	-	1
Sistema S	-	-	1	-	-	-	2	-	-
Outra	1	1	8	6	-	2	4	-	-
<b>Estabelecimentos que recebem orientação técnica (%)</b>	65,31	93,79	66,88	71,40	80,32	67,95	61,16	50,98	51,20
<b>Estabelecimentos que não recebem orientação técnica (%)</b>	34,69	6,21	33,12	28,70	19,68	32,05	38,84	49,02	48,80

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE, 2019.

Verifica-se na tabela 3 que grande parte dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar recebem orientação técnica de cooperativas, aproximadamente 2.272 estabelecimentos. De acordo com Castro e Pereira (2017), as cooperativas agrícolas são importantes em relação a assistência técnica, pois, geralmente contam com técnicos agrícolas, veterinários e engenheiros agrônomos que prestam assistência aos associados.

Na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana existem diversas cooperativas agrícolas. Dentre elas destaca-se a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma (CAMNPAL), com a matriz situada no município de Nova Palma e duas filiais no interior do município. A cooperativa também possui filiais em outros municípios da região, entre eles, quatro localizados na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, a saber: Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Restinga Sêca e São João do Polêsine.

Também, destaca-se a atuação da Cooperativa Agropecuária de Júlio de Castilhos (Cotrijuc), com filiais em Pinhal Grande e Ivorá. Além destas cooperativas, tem-se no município de Agudo a Cooperativa Agrícola Mista de Agudo Ltda (COOPERAGUDO), e em Ivorá a Cooperativa da Agricultura Familiar de Ivorá (COOPIVORÁ). A maioria das cooperativas da região conta com supermercados, unidades de recebimento, armazenamento e beneficiamento de grãos, fábrica de ração, setor de insumos, ferragens e departamento técnico. Os técnicos, agrônomos e veterinários das cooperativas acompanham os associados nos ciclos produtivos, desde o plantio até a colheita.

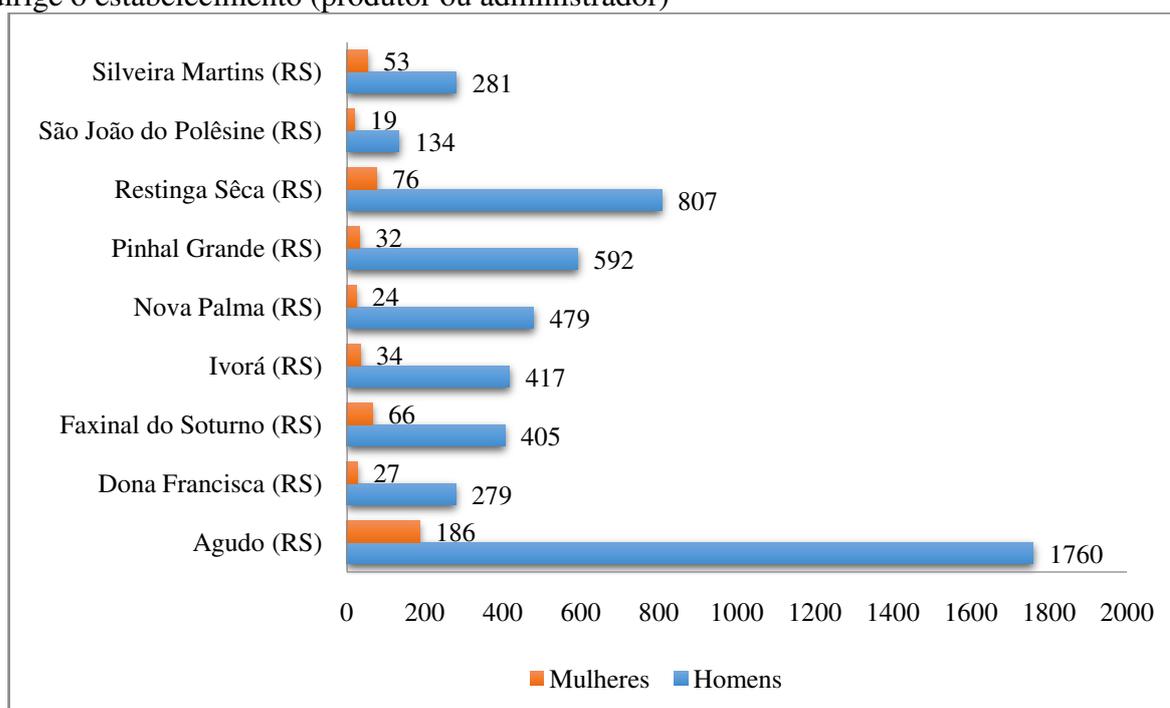
Nota-se também que poucos estabelecimentos recebem orientação técnica de empresas privadas. Isso pode ser explicado, pois, segundo Castro e Pereira (2017), a agricultura familiar é mais dependente de assistência técnica pública, devido ao seu perfil. Ou seja, a assistência técnica privada é mais voltada para os médios e grandes produtores, pois estes têm mais condições de acessar empresas particulares de assistência e também pelo fato da agricultura familiar não ser o público alvo dessas empresas de consultoria, multinacionais de insumo, revenda de produtos agrícolas, entre outras. Mas, essas empresas, mesmo sendo fortemente criticadas, devido aos seus interesses, acabam prestando assistência aos agricultores

familiares. Geralmente é apenas um único contato com o agricultor familiar, no momento da venda de seus produtos, para explicar modo de uso, forma de aplicação e dosagem do produto (CASTRO; PEREIRA, 2017).

Para Vieira et al., (2015), a assistência técnica pública é importante para o fomento do desenvolvimento rural sustentável, proporcionado e colaborando para a melhor qualidade de vida dos agricultores. Ainda de acordo com os autores, as ações implementadas pela assistência técnica pública, levam em consideração a individualidade de cada agricultor, respeitando seus saberes culturais e de maneira participativa, visando à construção de novos conhecimentos. Além disso, a assistência técnica pública é importante, principalmente, para os agricultores que não tem condições de pagar por assistência (CASTRO; PEREIRA, 2017).

Ainda em relação as características dos estabelecimentos de agricultura familiar da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, verifica-se que o responsável pelos estabelecimentos, ou seja, aquele que administra a propriedade geralmente é homem. Como pode-se observar no Gráfico 1, em todos os municípios que formam a região, tem-se o predomínio de produtor/administrador homens. Dos estabelecimentos de agricultura familiar da região, 91% têm como produtor responsável, homens.

Gráfico 1: Número de estabelecimentos agropecuários de acordo com o sexo da pessoa que dirige o estabelecimento (produtor ou administrador)



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE, 2019.

Apenas 9% dos estabelecimentos existentes na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana têm como produtora responsável pelo estabelecimento a mulher. Dos municípios da região que apresentam a mulher como responsável pelo estabelecimento, destaca-se Silveira Martins, neste município 16% dos estabelecimentos são administrados por mulheres. Seguido de Faxinal do Soturno e São João do Polêsine, em que, respectivamente 14% e 12%, dos estabelecimentos existentes no município têm a mulher como responsável pelo estabelecimento.

Por outro lado, nota-se a baixa presença de mulher como responsável pelo estabelecimento nos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande, onde apenas 5% dos estabelecimentos de cada município tem como produtor, responsável pela propriedade a

mulher. Dessa forma, fica evidente a masculinização da agricultura familiar da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Mesmo que as atividades dentro do estabelecimento de agricultura familiar sejam realizadas por todos os membros da família, percebe-se que a maioria dos estabelecimentos da Quarta Colônia de Imigração Italiana tem como gestor a figura de um homem. Isso pode ser explicado pelo fato de que na agricultura familiar o pai geralmente é o centro dentro de um processo de hierarquia, sendo ele o responsável pelo estabelecimento, pela realização das principais atividades e pela tomada de decisão (ZÓTIS, 2011).

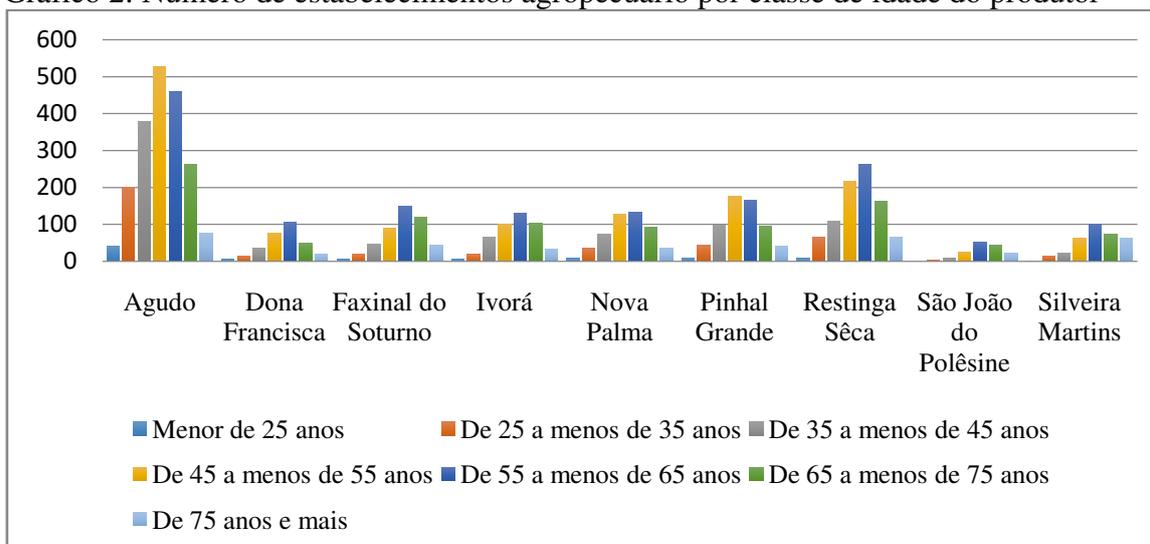
Para Spanevello (2008), as principais atividades desenvolvidas dentro de um estabelecimento agropecuário são administrativas, agrícola e doméstica, sendo possível verificar o predomínio do pai na realização da primeira. De acordo com a autora, “as atividades administrativas (serviços bancários, venda da produção agrícola, compras de insumos, contatos com técnicos e extensionistas) são realizadas fundamentalmente pelo pai ou chefe do estabelecimento” (SPANEVERELLO, 2008, p.98),

Já nas atividades agrícolas, observa-se que o trabalho é melhor distribuído entre os membros da família, nota-se a presença da mulher e das filhas na capina e colheita, enquanto que o preparo do solo e os tratamentos culturais são realizados pelos homens (SPANEVERELLO, 2008). No que se refere as atividades domésticas, ainda de acordo com a autora, verifica-se que são realizadas, na grande maioria das vezes, pelas mulheres. Tendo em vista a posição que a mulher ocupa na família, sendo ou esposa ou filha, acaba se tornando subordinada ao homem, e isso acaba contribuindo para a migração dessas mulheres do meio rural, pois a sua importância dentro do estabelecimento agropecuário, acaba se baseando apenas como ajuda nas atividades agrícolas (ZÓTIS, 2011). Ou então, tem seu papel atribuído à função reprodutiva, dos afazeres domésticos e do cuidado dos filhos (COSTA; FROEHLICH, 2014). Para Zóti (2011, p.23), quando a mulher sai do meio rural “ela se sente mais valorizada socialmente devido ao estudo e inserção no mercado de trabalho”. Ainda, o desejo em permanecer na agricultura familiar geralmente é por parte dos rapazes, segundo Abramovay et al., (2001, p.4):

Em suma, pode-se dizer que existe uma importante aspiração de continuidade na agricultura familiar por parte dos rapazes – mesmo aqueles vivendo em unidades que não chegam a gerar sequer a renda necessária à reprodução familiar - e uma visão bastante negativa a respeito deste horizonte profissional para a maioria das moças. Os filhos das famílias de maior renda encaram a permanência na agricultura como promissora e isso é nítido tanto entre rapazes como entre as moças. O preocupante é que parece haver uma associação forte entre a escolha profissional em torno da agricultura familiar e um nível de educação especialmente precário por parte dos que encaram como desejado este futuro.

A problemática do processo de masculinização do meio rural, para Costa e Froehlich (2014), está nas consequências da redução da presença feminina neste contexto social, o que acaba modificando a forma de conviver das comunidades, comprometendo a formação da família e a sucessão familiar dos estabelecimentos. Ainda de acordo com os autores, quando o processo de masculinização ocorre de forma intensa e continua acaba comprometendo a sustentabilidade social desses territórios. Além da masculinização da agricultura familiar da Quarta Colônia de Imigração Italiana, outro fator que chama atenção é o envelhecimento dos gestores dos estabelecimentos agropecuários, como pode-se observar no Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2: Número de estabelecimentos agropecuário por classe de idade do produtor



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE, 2019.

Com base na idade do produtor responsável pelo estabelecimento agropecuário, verifica-se o envelhecimento dos agricultores familiares da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Nota-se que apenas 1% dos produtores responsável pelo estabelecimento tem idade menor de 25 anos, e apenas 7% tem idade entre 25 e menos de 35 anos. Ficando evidente a baixa inserção do jovem na gestão do estabelecimento. Muitas vezes a baixa inserção do jovem no processo de gestão do estabelecimento pode estar relacionada à sucessão tardia, o que faz com que o jovem se sinta desmotivado e saia do campo para buscar autonomia (MATTE et al., 2019). Breitenbach e Troian (2020), em estudo realizado com jovens rurais de Santana do Livramento sobre a sucessão e o desejo em permanecer no meio rural, apontam alguns fatores que influenciam na permanência ou saída do jovem do meio rural, dentre eles destacam a condução do processo sucessório, o diálogo entre os pais e os filhos e a dificuldade de construir família.

Para Matte et al., (2019), a permanência do jovem no meio rural depende de vários fatores, não somente do desejo e da escolha em permanecer no campo, e sim de condições para que o jovem possa exercer as atividades com liberdade e autonomia sobre as ações e decisões dentro da propriedade. Os autores apontam fatores internos e externos que influenciam no processo de permanência dos jovens no campo, entre os fatores interno destaca-se a forma como o pais passam ou passarão o patrimônio e os negócios aos filhos e a renda satisfatória. Como fatores externos apontam as políticas públicas, compra de terras, acesso à internet e educação.

Ainda em relação a idade dos gestores dos estabelecimentos de agricultura familiar da Quarta Colônia de Imigração Italiana, verifica-se que 25% dos gestores têm idade de 45 a menos de 55 anos. No entanto, a maior parte dos gestores apresenta idade que varia de 55 a 65 anos, totalizando 27% dos gestores. Ressalta-se ainda, que 18% dos gestores têm idade de 65 a menos de 75 anos. Dessa forma, fica evidente o envelhecimento dos agricultores familiares da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Dos municípios que formam a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, São João do Polêsine é o que apresenta menor participação de gestores jovens e maior participação de gestores com mais idade. Nota-se, que no município não existe nenhum gestor com menos de 25 anos, e que apenas 2% têm idade que de 25 a menos de 35 anos. Também se observa o envelhecimento dos gestores, pois 43% dos gestores tem idade acima de 65 anos.

O envelhecimento dos gestores dos estabelecimentos agropecuários, bem como a masculinização, pode ser reflexo do êxodo rural seletivo, em que principalmente as mulheres

jovens saem do meio rural em busca de novas oportunidades. Para Froehlich et al., (2011, p.1675) “a diminuição do percentual da população rural ativa, bem como o prejuízo à dinâmica da sucessão das unidades produtivas, principalmente familiares, podem ser comprometidas a médio e longo prazo no sentido da promoção do desenvolvimento rural”.

Por fim, os estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar da Quarta Colônia da Imigração Italiana do RS, mostram-se relevantes no processo de desenvolvimento da região. São estabelecimentos que produzem alimentos que abastecem a unidade familiar e o mercado local e regional, ou seja, movimentam a economia. No entanto, tendo em vista baixa inserção dos jovens e das mulheres na gestão dos estabelecimentos, é preciso um olhar mais atento das políticas públicas, afim de incentivar e valorizar a permanência destes no meio rural.

## **5 CONCLUSÃO**

A agricultura familiar é uma categoria social importante para o desenvolvimento do país, seja na geração de emprego e renda, como também na produção e oferta de alimentos. Dentre as principais características da agricultura familiar destaca-se que as atividades dentro do estabelecimento são realizadas pelos membros da família, e que é uma categoria heterogênea. Por esse motivo, é importante conhecer a realidade de cada região, suas potencialidades e os pontos que devem ser melhorados, para assim conseguir criar estratégias de fomento e valorização das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares.

Considerando o exposto, o estudo buscou analisar as características dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS. Na região, a agricultura familiar representa cerca de 90% dos estabelecimentos agropecuários, desempenhando importante papel no processo de desenvolvimento da região. A maioria dos estabelecimentos agropecuários possui área de 20 a 50 hectares, predominando como atividade econômica a produção de lavouras temporárias.

A produção das lavouras temporárias, além de proporcionar alimentos e renda a família produtora, abastecem também o mercado local e regional. Dentre as principais culturas, produzidas nas lavouras temporárias, destaca-se a produção de feijão preto, arroz, milho, soja, trigo, fumo, e as criações de bovino de corte e leite. Outro ponto importante da agricultura familiar da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana é que a maioria dos estabelecimentos recebe orientação técnica, principalmente das cooperativas agrícolas que atuam na região, e de origem do governo (federal, estadual, municipal), especialmente através da Emater. Fato que contribui para potencializar a produção e orientar os agricultores familiares sobre as dúvidas dos ciclos produtivos e das políticas públicas existentes para a categoria social.

No entanto, percebe-se, de outro lado a baixa inserção da mulher na gestão dos estabelecimentos, fato este que muitas vezes está relacionado a traços culturais, de que a função da mulher é cuidar da casa e dos filhos e a do homem de cuidar dos negócios. Também, nota-se o envelhecimento dos gestores, fato preocupante que pode ser reflexo da falta de perspectiva do jovem em permanecer no meio rural. Diante disso, é importante que existam políticas públicas que fomentem a participação e valorização da mulher na agricultura familiar, principalmente na gestão dos estabelecimentos, bem como da participação e apoio ao jovem em permanecer no campo (TROIAN, 2014).

Por fim, fica evidente a importância dessa categoria social, que gera emprego e renda e produz alimentos diversificados e de qualidade. Ou seja, é perceptível a importância da agricultura familiar na segurança e soberania alimentar, sobretudo nessa situação que o mundo está enfrentando, a pandemia gerada pelo Covid-19. Essa situação reforça o que todos deveriam saber, que a agricultura familiar deve ser vista, lembrada e valorizada a todo o momento, não apenas em momentos de crise, pandemia ou insegurança.

## REFERÊNCIAS

- ABAF- Anuário Brasileiro de Agricultura Familiar, 2019. Editora: Bota Amarela, 2019. *Online*. Disponível em: < [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/edicao-dccb1c3a558c50d389c24d69a9856730.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/edicao-dccb1c3a558c50d389c24d69a9856730.pdf) > Acesso, 15 de janeiro de 2020.
- ABRAMOVAY, R. et al., **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições Unesco, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: XXXIX Congresso Brasileiro De Economia E Sociologia Rural. Recife, PE, 2001.
- BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 5 de fevereiro de 2020.
- BREITENBACH, R.; TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.56, n.1, p. 26-37, jan/abr, 2020I2019.
- CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater. **Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: Ipea, 2017.
- CHEMIN, B. F.; AHLERT, L. A sucessão patrimonial na agricultura familiar. **Revista Estudo & Debate**. Lajeado, v. 17, n.1, p.49-74, 2010.
- COSTA, C.; FROELLICH, J. M. Políticas públicas e masculinização rural no Rio Grande do Sul- uma abordagem a partir das condições regionais. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v.9, n.17, p. 27-54, mar, 2014.
- FERNANDES, A. G.; FELIN, E.T.; MARCHESAN, J. Agroindústrias familiares da Quarta Colônia: trabalho e tradição. **Revista Latino Americana de História**, São Leopoldo, v.1, n.3, p.249-260, mar. 2012.
- FIGUEIREDO, L. C. Quarta Colônia de imigração italiana na região central do Rio Grande do Sul: Os sítios históricos na construção do patrimônio e da paisagem cultural. **Revista RA'EGA**, Curitiba, v.31, p.147-183, ago. 2014.
- FROEHLICH, J. M. et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, Santa Maria. V.41, n.9, p. 1674-1680, 2011.
- GERHARDT, T. E. (Org.); SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP. v.52, n.1, p. s125-s146, 2014.

GUIMARAES, G. M. **Racionalidades identitárias na produção e comercialização de alimentos coloniais na Quarta Colônia-RS**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017**. Disponível em < <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>> Acesso em: 05 de fevereiro de 2019.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional do mito à realidade**. Campinas: UNICAMP, 1993.

MANFIO, V. A Quarta Colônia de imigração italiana: uma paisagem cultural na Região central do Rio Grande do Sul. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, RS, v. 16, n. 2, maio/ago. 2012.

MANFIO, V.; BENADUCE, G. M. C. Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS: uma abordagem sobre a cultura e identidade. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 32 n, 65, p. 260-173, 2017.

MANFIO, V.; PIEROZAN, V. L. Território, cultura e identidade dos colonizadores italianos no Rio Grande do Sul: uma análise sobre a Serra Gaúcha e a Quarta Colônia. **Revista GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo. v.23, n.1, p.144-162, 2019.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MATTE, A. et al. Agricultura e Pecuária Familiar: (des)continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 15, n.1, p. 19-33, 2019.

MATTEI, L. O Papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91. 2014.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; FREITAS, M. N. Pesquisa e agricultura familiar: contribuições para o debate. *Raízes*, Campina Grande, v. 26, n. 1 e 2, p. 128-139, 2007.  
NAVARRO, Z. Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (orgs). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, IPEA, 2010.

OLIVEIRA, E. R.; RIBEIRO, E. M. Indústria rural, agricultura familiar e desenvolvimento local: o caso da produção de cachaça artesanal em Salinas-Minas Gerais. In: **Anais...X**

Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, Minas Gerais, de 18 a 22 de junho de 2002.

PAZUCH, G. Imigração Italiana na Colônia de Silveira Martins-RS: Deslocamentos, redes familiares e relações de poder (1877-1920). In: **Anais...** 30º Simpósio Nacional de História- História e o futuro da educação no Brasil, Recife: Associação Nacional de História- ANPUH- Brasil, de 15 a 19 de julho de 2019.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP. v.52, p. 63-84, 2014.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C. H.; LUCIO, P.B. **Metodologia de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.51, p. 99-121, fev. 2003.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese de doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TROIAN, Alessandra. **Percepções e projetos de jovens rurais produtores de tabaco de Arroio do Tigre/RS**. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

VEIGA, J. E da, et al., **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/ NEAD) 2001.

VIEIRA, S. C.; et al. Política Pública de ATER para o desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar. **RECoDAF – Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, Tupã, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2015.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Anais...XX** Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, de 22 a 26 de outubro de 1996.

ZÓTIS, T.S. **Causas e consequências da evasão de jovens da comunidade rural de São Vitor, município de Camargo/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011